

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RAYSSA VIANA MARTINS**

**CONTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS RELAÇÕES**

**UBERLÂNDIA**  
**MAIO DE 2018**

**RAYSSA VIANA MARTINS**

**CONTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS RELAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Gilberto Miranda**

**UBERLÂNDIA  
MAIO DE 2018**

**RAYSSA VIANA MARTINS**

**Contabilidade, Desenvolvimento Econômico E Suas Relações**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Banca de Avaliação:**

---

**Prof. Gilberto Miranda**  
**Orientador**

---

**Membro**

---

**Membro**

**Uberlândia (MG), 05 julho de 2018**

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo, analisar o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento da contabilidade ao longo de toda a história humana. A pesquisa é realizada sobre a relação temporal e geográfica da economia e o desenvolvimento da contabilidade. Marcos importantes na contabilidade são apresentados em épocas e regiões onde a economia apresenta maior expressão na história. Para que essa exposição seja analisada de vários ângulos, o trabalho é dividido entre a história mundial, desde a antiguidade até os tempos atuais, e a contabilidade no Brasil, a partir da chegada da família Real no país até a atualidade. A metodologia utilizada foi baseada em um ensaio teórico, realizado por meio de pesquisa histórica, documental e bibliográfica. Através deste trabalho, é possível entender quais foram as necessidades que influenciaram os homens a criarem novas técnicas de controle para o seu patrimônio, e refletir a relação da evolução econômica com a evolução contábil, nos contextos mundial e brasileiro. Conclui-se que o desenvolvimento da contabilidade está associado ao desenvolvimento econômico.

Palavras-chaves: Desenvolvimento da contabilidade. Desenvolvimento econômico. História da contabilidade. Evolução contábil. Contabilidade no Brasil.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the economic and Accounting development throughout human history. The research is carried out on the temporal and geographical relation of the economy and the accounting development. Important marks in accounting are presented in times and regions where economics has the greatest expression in history. For this exhibition to be analyzed from several angles, the work is divided between world history, from ancient times to the present and accounting in Brazil, from the arrival of the Royal family in the country to the present. The used methodology was based on a theoretical essay, carried out through historical, documentary and bibliographic research. Through this work, it is possible to understand the needs that influenced men to create new control techniques for their equity, and to reflect the relationship between economic and accounting evolution in the world and Brazilian contexts. We conclude the development of accounting is associated with economic development.

**Keywords:** Accounting development. Economic development. Accounting history. Accounting evolution. Accounting in Brazil.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA: Associação Brasileira das Companhias Abertas  
APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais  
BACEN: Banco Central do Brasil  
BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros  
CFC: Conselho Federal de Contabilidade  
CMN: Conselho Monetário Nacional  
CNI: Confederação Nacional da Indústria  
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis  
CRC: Conselho Regional de Contabilidade  
CVM: Comissão de Valores Mobiliários  
FASB: Financial Accounting Standards Board  
FCEA: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas  
FEBRABAN: Federação Brasileira dos Bancos  
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FGV: Fundação Getúlio Vargas  
FIPECAP: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras  
IASC: International Accounting Standard Committee  
IASB: International Accounting Standard Boards  
IBRACON: Instituto de Auditores Independentes do Brasil  
ICM: Imposto sobre Circulação de Mercadoria  
IFRS: International Financial Reporting Standards  
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados  
ISS: Imposto Sobre Serviço  
PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo  
PIS: Programa de Integração Social  
SEC: Securities and Exchange Commission  
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados  
USP: Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	3
2.1 Fases da Evolução Contábil na História Mundial.....	3
2.1.1 Mundo Antigo.....	3
2.1.2. Mundo Medieval.....	5
2.1.3. Mundo Moderno.....	6
2.1.4. Mundo Científico.....	8
2.2 Contabilidade no Brasil.....	10
2.2.1 Brasil Colônia (1500-1808).....	11
2.2.2 Brasil Império (1808-1889).....	12
2.2.3 Brasil República (1889 - período vigente).....	13
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
4 REFERENCIAS.....	19





## 1 INTRODUÇÃO

Entendida como modelo de representação da realidade econômico-financeira das entidades, a Contabilidade tem o papel de receber dados, processá-los e gerar informações que sejam úteis e subsidiem o processo decisório dos seus diversos usuários: acionistas, credores, governo, empregados, clientes, fornecedores, etc. (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2014).

A história da contabilidade é tão antiga quanto a história da civilização humana. Para chegar ao estágio que se encontra, foi uma longa caminhada. Nesse sentido, o seu desenvolvimento e surgimento estiveram sempre, de algum modo, ligados às manifestações econômicas que foram acontecendo nos períodos históricos (IUDÍCIBUS, 2000).

No presente ensaio, parte-se da proposição de que o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento da contabilidade estiveram associados ao longo da história da humanidade. Nessa direção, são apresentados os espaços geográficos onde a economia apresentou maior expressão, ao mesmo tempo em que são apresentados e discutidos os marcos importantes na trajetória da contabilidade. Para cumprir este propósito, são tecidas reflexões a fim de evidenciar a ligação entre a economia e a contabilidade ao longo do seu percurso, nos contextos mundial e brasileiro.

Este estudo é fundamentado em um ensaio teórico, que segundo Severino (2007, p. 206), “consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal.” e em conclusões originais do pesquisador, após apurado exame do assunto.

Nesse sentido, é ressaltado por Silva (2015, p.34):

Por ser uma construção social, a utilização do método comparativo, na perspectiva de Veyne (2008), pode ser considerado como essencial para a renovação nas pesquisas históricas. Barros (2007, p. 12) concorda ao explicar que “de um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado”. A tentativa de fixar os requisitos fundamentais, sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada [...]

Nessa perspectiva, o presente estudo procura romper com a tendência apurada na área contábil de estudos eminentemente quantitativos, com a ausência de uma linha consolidada, interpretativa e crítica (MARTINS, 2012, HOMERO, 2017).

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Com o propósito de analisar as possíveis relações entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento da contabilidade são estabelecidas duas seções para apresentação e discussão do levantamento realizado na literatura. Na primeira seção (2.1) são apresentadas informações sobre a história mundial, a fim de delinear o contexto mais amplo. São analisadas as fases do mundo antigo, medieval, moderno e científico. Posteriormente, na seção 2.2, o foco da análise é trazido para o território nacional, passando pelos períodos do Brasil Colônia, Império e República.

### **2.1. Fases da Evolução Contábil na História Mundial**

O nascimento da Contabilidade, para muitos autores, está associado ao surgimento da própria humanidade. Para Sá (1997, p. 15), “A contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizaram os da própria evolução do ser humano.”

Para iniciar a análise da evolução do desenvolvimento econômico e da contabilidade, a história foi dividida em quatro fases: mundo antigo, medieval, moderno e científico.

#### **2.1.1 Mundo antigo**

O mundo antigo é definido como todo o período compreendido até o ano de 1202 (d.C.). Na era primitiva é possível identificar as mais antigas manifestações do pensamento contábil através de objetos e figuras como meios patrimoniais. Sá (1997, p.20), cita que “em pinturas líticas, em gravações em ossos de rena, foram encontrados muitos registros que identificam o elemento patrimonial (geralmente animais)...”.

Schmidt e Santos (2006) relatam que, antes mesmo do surgimento da escrita, os estudos científicos a partir de restos de culturas humanas, contribuíram para o entendimento da arqueologia da contabilidade. Em aproximadamente 8.000 a.C., foram encontradas as primeiras fichas de barros, as quais foram criadas devido a necessidade de controlar o produto agrícola e a criação de animais. Estas fichas representavam as transações comerciais, entradas e saídas físicas dos ativos, caracterizando o início do sistema de partidas dobradas.

Ao longo do tempo, segundo Sá (1997), foram surgindo as primeiras aldeias e cidades, aproximadamente entre 5.000 e 7.000 a.C., permitindo o trabalho industrial da construção, a tecelagem, produção de objetos de cerâmica e definindo formas de governo. Tais mudanças possibilitaram a reformulação dos critérios de vida. Com isso, iniciou uma nova fase que atingiria bastante a contabilidade.

Guy *et al.* (2006) relatam que o homem começa a se organizar em cidades-estados, por volta de 5.000 a.c., e assim constituem as primeiras civilizações. Aparentemente, este processo acontece ao mesmo tempo em diversas regiões do mundo, mas de forma independente. Essas civilizações localizavam-se próximas de grandes rios: o Amarelo, na China; o Indo, na Índia; Tigre e Eufrates, no Oriente Médio; e o Nilo, no Egito. Nessas localizações desenvolveu-se também a agricultura, já que a inundação anual desses rios depositava sedimentos férteis (húmus), que permitiam aos povos cultivar.

A invenção da escrita alfabética foi um grande passo para o desenvolvimento cultural, afirma Schmidt e Santos (2006). O surgimento do alfabeto ocorreu entre 1400 e 1300 a.C. na região de Ugarit, na Síria, local em que foi um ponto central de comunicações para o comércio, de acordo com Gowlett (2007).

Sá (1997) descreve que, com o desenvolvimento da escrita e o uso do papiro, os recursos para registrar evoluíram, contribuindo para o aperfeiçoamento da escrita contábil, que era utilizada com êxito nos grandes armazenamentos de colheitas. Outro fato que contribuiu para o desenvolvimento econômico e contábil foi a criação da moeda. Schmidt e Santos (2008, p. 10) dizem que, “Com o surgimento da moeda e medidas de valor, o sistema de contas ficou completo, sendo possível determinar as contas contábeis representantes do patrimônio e seus respectivos valores.”

Para Guy *et al.* (2006, p. 33), “Cada cidadão devia declarar anualmente seus meios legais de vida [...] Quando alguém não fazia sua declaração, pressupunha-se que ganhara a vida ilegalmente, e a pessoa era executada.” A riqueza era medida pela quantidade de animais que um homem possuía, os escribas relacionavam esses números apresentados e calculavam os impostos proporcionalmente a essas declarações.

Segundo Sá (1997), o mundo romano, imenso e poderoso, foi destaque de grandes acumulações de riqueza, extensa dimensão territorial, sistema de administração desenvolvido e nele surgiram grandes intelectuais. A Contabilidade Pública e a das Colônias tiveram importância em Roma, as principais atividades públicas trabalhavam com gestores e escritas especiais. O responsável pela gestão do patrimônio público era o Contador Geral do Estado.

O autor Guy *et al.* (2006) também afirma, que a sociedade romana era muito bem estruturada, a força e o crescimento do Império basearam-se na eficiência militar. As riquezas chegavam do exterior junto com os escravos, que faziam as tarefas domésticas. Os habitantes das cidades normalmente ganhavam a vida prestando serviços, trabalhando em comércio, em lojas ou como funcionários da administração pública.

Durante algum tempo o Império Romano trouxe paz e estabilidade à Europa, até a sua queda. Sá (1997) explica que este fato não eliminou os avanços já acrescentados ao conhecimento contábil. Todavia a decadência da riqueza europeia foi inevitável.

### 2.1.2. Mundo medieval

A segunda fase da evolução contábil no contexto mundial, conforme Schmidt e Santos (2008), é compreendida entre o período de 1202, com a publicação da obra *Liber Abaci*, do matemático de Pisa Leonardo Fibonacci, até 1494 com a publicação do exemplar de Luca Pacioli .

Para Melis (1953, p. 383) apud Sá (1997, p. 36) :

[...] entende que a obra de Leonardo Fibonacci é demarcatória de um período da História da Contabilidade não só porque é uma literatura mercantil e de cálculos aplicados ao comércio, como afirma o grande pesquisador desse emérito autor, Tito Antoni, mas também porque a atmosfera da época já era a do aparecimento da partida dobrada.

Este livro possuía estudos de técnicas matemáticas, câmbios, pesos e medidas que proporcionaram o desenvolvimento dos conhecimentos comerciais e financeiros. Os autores desta fase se preocupavam em descrever e apontar exemplos de como registrar transações em livros contábeis por meio de partida simples ou dobrada. Este modelo focado essencialmente em contas determinou a primeira escola contábil, Escola Contista. (SCHMIDT; SANTOS, 2008)

No contexto econômico, segundo Braudel (2009), estava sendo instalado um mercado “moderno” para substituir o método arcaico da troca, as feiras. As cidades passam a realizar a feira de uma a duas vezes por semana, até que se tornou contínua, levando à construção de mercados, permanentes e especializados.

No contexto político-econômico, nos séculos XIII, XIV e XV, se destacam alguns pontos tenebrosos. Perroy (1957) descreve sobre a guerra dos cem anos, um conflito franco-inglês que aconteceu por volta de 1336 e 1457, motivada pela disputa do trono francês, do

ponto de vista político e pela disputa da região de Flandres (importante centro comercial com indústria de lã), do ponto de vista econômico.

Perroy, (1957) também afirma, que o resultado da guerra dos Cem Anos foram os países envolvidos em estado de miséria, principalmente a França que saiu derrotada pela Inglaterra. Neste momento de guerra e depressão econômica, a alimentação precária e insalubridade das moradias, facilitaram a proliferação de doenças e epidemias, como a temida peste negra, e assim aumentando o índice de mortalidade no país.

Por outro lado, Braudel (2009) descreve que cidades dominantes, como Veneza e Florença sofreram menos impactos da guerra, pois Veneza era uma cidade em expansão mercantil, dispondo de um enquadramento financeiro e Florença havia o desenvolvimento da literatura italiana, onde surgia o Renascimento. Braudel (2009, p.25) também diz que:

[...] a história sucessiva das cidades dominantes da Europa, a partir do séc. XIV desenha antecipadamente a evolução das economias-mundos subjacentes [...]. Essa sucessão esclarece também, de passagem, os valores variáveis das armas da dominação: navegação, negócios, indústria, crédito, poder ou violência política.

Segundo Iudícibus (2000), é perceptível que a contabilidade nesse momento, teve seu crescimento nas cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença, Pisa e algumas outras da Europa devido à grande atividade mercantil, cultural e econômica na região. Seus empreendimentos comerciais e industriais contavam com os processos mais avançados que poderiam existir naquela época.

Para que o processo capitalista se desenvolvesse nesse período medieval, foram necessários alguns fatores, como cita Braudel (2009, p. 535):

[...] uma economia de mercado vigorosa e em progresso. Para tal concorre uma série de fatores, geográficos, demográficos, agrícolas, industriais, comerciais. [...] em toda a parte há o mesmo encadeamento, a mesma evolução criadora [...]. Essa onipresença é a prova de que a economia de mercado, por toda a parte a mesma, com poucas modificações, é a base necessária, espontânea, banal, em suma, de qualquer sociedade que ultrapasse certo volume.

### 2.1.3. Mundo moderno

E para iniciar o mundo moderno (1494-1840), o marco foi a publicação do livro de Pacioli, conforme Buesa (2010, p.6):

O livro de Luca Pacioli era uma obra de aritmética que continha apenas um tratado, composto por 36 capítulos, falando sobre a parte contábil, sendo a distinção IX, tratado XI, denominado *Tractatus de computis et scripturis*, que tratava do processo das partidas dobradas, conhecido na época como o método de Veneza.

Nesta publicação, o método das partidas dobradas correspondia a um dos primeiros registros do débito e crédito, dando início à teoria dos números positivos e negativos. Este período também é conhecido como “Pré-ciência” e teve outras manifestações que influenciaram o mundo da economia e contábil.

No final do século XV, em decorrência das grandes navegações que haviam começado no mundo antigo, foram descobertas novas terras, um novo mundo com enorme potencial de riquezas. Assim, com a ocupação europeia em terras americanas, inicia-se uma nova fase de expansão comercial. Dessa forma:

O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e altiplano andino é a razão de ser da América, como o objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. (FURTADO, 2003, p. 12)

Esse interesse que se espalha pelo velho mundo, começa a gerar problemas políticos entre as nações europeias. No século XVI, aconteceu a reforma religiosa nos países europeus que desencadeou a fuga dos protestantes para as colônias. Com a chegada do novo mundo e a migração dos povos, a exploração e o comércio iniciou de forma rápida e desordenada. A relação econômico-financeira com as colônias foi aumentando, e com ela surgindo as necessidades de normas, regras e controles entre os continentes.

Na história da contabilidade o século XVIII representou um declínio na literatura italiana. Neste período nasceram revoluções com o intuito de renovação, intensa modificação em critérios de produção, as quais teriam fortes influências na técnica contábil. (SÁ, 1980).

Algumas dessas revoluções que podem ser destacadas são: a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763) entre a Inglaterra e a França, as quais disputavam alguns territórios; revolução americana (1775 – 1783) que consiste na independência dos Estados Unidos da coroa inglesa, com o apoio da França e Espanha; revolução francesa (1789 – 1799) uma guerra civil devido a desigualdade social e política entre os estados; e por fim, a mais longa delas, a revolução industrial, iniciou em 1760 e estendendo até o século XIX, gerando grandes transformações econômicas-sociais.

Com tantos conflitos acontecendo ao mesmo tempo, os países envolvidos passavam por instabilidade econômica, os custos com esses movimentos eram altos. E com a tentativa de melhorar esse quadro econômico, a contabilidade mais uma vez dava um passo no seu crescimento. De acordo com Martins; Diniz; Miranda (2014), foi criado o código comercial francês no século XVII e o ensino comercial no século XVIII.

A revolução industrial, na segunda metade do século XVIII, alavancou o papel da intermediação financeira. A partir desse momento iniciam os vultuosos investimentos com as grandes empresas, indústrias e construções, que foram criadas pelos investidores via emissão de ações. Os empresários recorriam aos poupadores, reduzindo a utilização dos empréstimos bancários. (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012).

No século XIX, os métodos de produção eram mais eficientes, o processo teve o custo reduzido deixando a mercadoria mais barata e estimulando o consumo. Hobsbawm (2007, p.29), cita que:

Tudo corria muito bem para os ricos, que podiam levantar todos os créditos de que necessitavam para provocar na economia uma deflação rígida e uma ortodoxia monetária depois das guerras napoleônicas: era o pequeno que sofria e que, em todos os países e durante todo o século XIX, exigia crédito fácil e financiamento flexível.

#### 2.1.4. Mundo científico

De acordo com Martins, Diniz e Miranda (2012), a contabilidade gerencial que produzia informações aos gestores (bancos), agora também atende aos interesses dos gestores e investidores. E é neste cenário de novas conquistas, que se encerra o mundo moderno e dá início ao mundo científico, que começa em 1840 até os dias atuais. No século XIX surgiram as primeiras escolas do pensamento contábil na Europa, que passa a ser o instrumento básico de gestão.

A revolução industrial foi um acontecimento importante para a evolução contábil no mundo científico. A partir dela surgiram as grandes empresas propiciando uma aceleração econômica e fortalecendo os centros comerciais. Com isso, a contabilidade que atendia apenas os interesses dos credores passa a ser necessária também aos investidores e gestores. (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012)

As escolas europeias focavam na teoria contábil, sem demonstrações práticas e pesquisas fundamentais, explorando o método das partidas dobradas, e se preocupando com a visão da contabilidade como ciência. No início do século XX, meados da década de 20, essas

escolas começam a declinar com a ascensão das escolas norte-americanas, que por sua vez tinham o mesmo objetivo de estudar o pensamento contábil, porém com focos diferentes. Além de teorias, as escolas norte-americanas trabalhavam as práticas contábeis com o apoio intensivo de órgãos associativos, e os resultados dessas pesquisas foram de grande importância para o desenvolvimento de novas técnicas contábeis. (VASCONCELOS; PEREIRA, 2004)

Ainda de acordo com o Vasconcelos e Pereira (2004), um fato importante a nível econômico que refletiu na evolução contábil, foi a crise de 1929, também conhecida com a “Grande Depressão”. Os Estados Unidos possuía uma industrialização avançada, com grandes empresas e corporações, crédito fácil, população investidora na bolsa de valores e uma economia sem intervenção estatal. Já na Europa os países sofriam as consequências da primeira guerra mundial, e com isso os europeus pararam de importar mercadorias do EUA, ou seja, as pessoas perderam a confiança na economia americana, empresas e bancos faliram, a bolsa quebrou, desencadeando um grande desemprego.

O reflexo desta crise no mundo contábil foi a necessidade de mais controle nas contas, e precisão nos lucros ou prejuízos gerados pelas empresas. Anteriormente, nos séculos passados, “[...] a auditoria interna era direcionada para a descoberta de erros e fraudes, possuindo, assim, uma ênfase punitiva. Nos dias atuais, a auditoria interna evoluiu em sua aplicação, consistindo em um importante apoio para o controle e eficiência organizacional.” (VASCONCELOS; PEREIRA, 2004, p. 3)

Neste período surgiu também a graduação na área contábil, que contribuiu para qualidade do conhecimento dos profissionais contábeis. Com a aprovação do ato de 1934 para reestabelecer a confiança dos investidores após a grande depressão de 1929, foi criada nos Estados Unidos a *Securities and Exchange Commission* – SEC (Comissão de Valores Mobiliários Norte - Americana), com as seguintes atribuições.

(1) Interpretar leis federais sobre títulos e valores mobiliários; (2) emitir regras que regulem a indústria de títulos e valores mobiliários e alterar as que forem necessárias; (3) supervisionar inspeções de agentes do mercado; (4) supervisionar organizações privadas nos campos de títulos e valores mobiliários, contabilidade e auditoria; e (5) coordenar a regulação de títulos e valores mobiliários nos Estados Unidos com os governos federal e estaduais e com autoridades no exterior. (LIMA, 2010, p. 6)

Mais adiante, em 1973, o Congresso americano incentivou a SEC a criar um órgão responsável pela Contabilidade Financeira, *Financial Accounting Standards Board* – FASB



(Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira), “[...] com o objetivo de ser esse o órgão normatizador contábil dos EUA, onde passaram a se sentar representantes dos contadores das empresas, dos auditores, dos investidores, da academia, dos analistas etc.” (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012, p. 52).

E ainda no mesmo ano criou-se também o *International Accounting Standards Committee* – IASC, que posteriormente se tornou o *International Accounting Standards Board* – IASB, em 2001, incentivando o processo da convergência internacional das normas contábeis, por meio da emissão dos IFRS (International Financial Reporting Standards – Normas Internacionais de Relatórios Financeiros), afirma também Martins; Diniz e Miranda (2012).

Martins, Diniz e Miranda (2012) descrevem que somente no início do século XXI, os países da União Europeia estabeleceram um acordo diante de várias contabilidades divergentes. Em 2005 declarou-se obrigatório para todas as companhias abertas, a divulgação de seus balanços consolidados conforme regras do IASB. Uma vez que os balanços individuais continuavam dependendo das leis de cada país, a Inglaterra permite também que os mesmos sejam elaborados de acordo com os IFRS e o primeiro país a adotar esse novo conceito foi a Itália em 2010.

Lima (2010) informa que um aspecto relevante sobre os IFRS é a utilização mínima de regras em seu conjunto de pronunciamentos e interpretações, fazendo com que sejam baseados em princípios. Pressupõe-se que uma norma elaborada com base em princípios, restrinja as exceções quanto à sua aplicabilidade e implementação.

De acordo com a Fundação IFRS, aproximadamente 166 jurisdições, estão em direção à adoção global da normatização dos IFRSs, a aplicação dos padrões nesses países é monitorada pelo órgão normatizador de acordo com seu perfil.

Após apresentar os marcos mais importante da economia e contabilidade no contexto mundial, o próximo tópico do estudo será específico nos acontecimentos brasileiros desde o seu descobrimento pelos portugueses até os dias atuais.

## 2.2 Contabilidade no Brasil

A história da contabilidade no Brasil se inicia a partir do descobrimento do país, sendo dividida em três períodos: colônia, império e república.

### 2.2.1 Brasil Colônia (1500-1808)

A época do descobrimento do Brasil foi um momento de um grande avanço nas navegações, a Europa estava ganhando um “novo mundo”, a América. Nesse sentido Silva; Assis (2015, p.37) descrevem:

Entre 1500 e 1530 as expedições portuguesas ao Brasil eram rápidas e objetivavam apenas a coletar o pau Brasil e a realização de patrulhas. A partir de 1531, com as constantes ameaças de invasões principalmente pelos Franceses, Portugal começou a tratar de forma diferente a terra recém-descoberta, pois já era sabedor das imensas riquezas aqui encontradas.

Nessas terras havia muita riqueza e povos a serem explorados, a coroa necessitava de manter o controle de lucros e perdas da sua colônia. Em decorrência dessa necessidade foram surgindo os grandes nomes relacionados a contabilidade junto com a migração dos portugueses para o Brasil.

De acordo com Silva e Assis (2015), buscando um controle mais específico de seus bens, bem como a defesa do seu patrimônio contra as invasões estrangeiras, em 1534, Portugal decide descentralizar seus comandos criando as capitanias hereditárias. Essas capitanias correspondiam à divisão do território colonial em partes, de modo que a administração das mesmas seria entregue a pessoas de confiança, sendo fiscalizada pela Coroa por meio da prestação de contas.

Ao longo dos anos essa exploração foi aumentando rapidamente, e neste cenário de crescimento econômico, os colonizadores visavam um maior lucro reduzindo o deslocamento. A partir disso começaram a criar as cidades, como Salvador em 1549, São Paulo em 1557 e Rio de Janeiro em 1565, conforme relata Silva e Assis (2015).

Uma vez que a influência Italiana era uma grande aliada da contabilidade, Portugal elege para o Brasil guarda-livros e contadores, conforme citado por Sá (2008) *apud* Silva; Assis (2015, p:37) "Gaspar Lamego 1º contador nomeado para o Brasil no ano de 1549; Bastião de Almeida 1º Guarda Livros também em 1549; Diogo Ribeiro em 1556; Damião Lopes em 1558 e João de Araújo em 1559".

Na metade do século XVI, a exploração da colônia se intensifica e a coroa aumenta o comércio nas grandes navegações. Os navios faziam o tráfego dos escravos para o Brasil e exportavam madeira e derivados de cana-de-açúcar para Portugal. Esse negócio teve um

grande acréscimo na arrecadação de impostos, o que gerou maior controle contábil. (LOPES, 1997)

Em Minas Gerais, no século XVIII, aconteciam as ebulições sociais e econômicas (que produzira a Inconfidência). Foi no estado mineiro em que o ciclo do ouro viveu seu apogeu, para tanto, as escriturações contábeis se desenvolveram e eram praticadas com alta qualidade. (Sá, 1980, p. 16).

Neste primeiro período a contabilidade e desenvolvimento econômico ainda eram muito frágeis, quase inexistentes, no solo brasileiro.

### 2.2.2 Brasil Império (1808-1889)

A fase Imperial caracteriza o momento da chegada da família real no país até a proclamação da república. O cenário político do Brasil e Portugal nesse momento também contribuiu com a evolução contábil. O Brasil Império inicia no século XIX com a chegada da coroa portuguesa no país em 1808, onde foram detectadas ocorrências relevantes para economia do país.

Silva e Assis (2015, p. 38), destacam o principal motivo da fuga da Família Real:

[...] Portugal, atravessava uma forte crise política em seu cenário, recebendo principalmente da França, comandada por Napoleão Bonaparte, ameaças de invasões e perseguições de toda corte. D. Joao Rei VI o rei de Portugal ao descobrir uma programada invasão em seu Império busca ajuda junta ao seu grande parceiro comercial, a Inglaterra, que por sua vez bastante interessada em terras brasileiras orienta, apoia e até patrocina a fuga da família real para o Brasil, obviamente visando favorecimentos.

Começa o ciclo de uma nova economia no país, o ciclo do ouro e dos metais preciosos (1800 – 1860), momento em que gerou muito lucro a todos os colonizadores e tributos para o Governo Imperial. As exigências contábeis aumentaram e se aprimoraram ainda mais para a apuração de tudo isso. (SILVA; ASSIS, 2015)

Conforme Saes e Cytrynowicz (2001), *apud* Peleias *et al.* (2007), as aulas de comércio foram criadas por D. João VI, em 1808. Nelas havia um aprendizado formal de técnicas de gestão dos negócios e que os cursos de Economia, Administração e Contabilidade no país eram um desdobramento do ensino comercial.

Devido às grandes riquezas dos estados e os gastos públicos com a colonização, o governo sentiu a necessidade de um controle fiscal da economia brasileira. Diante deste cenário criou-se o tesouro nacional e público juntamente com o Banco do Brasil (1808). A

fiscalização de toda a arrecadação e administração financeira e fiscal era de responsabilidade do contador, inspetor e procurador fiscal.

Com o passar dos anos, a colônia conquistou a sua independência em 1822, contraiu a dívida externa para tal conquista e foi ganhando expansão na sua economia e consequentemente na área contábil.

A promulgação do primeiro Código Comercial Brasileiro por meio da Lei de número 556, de 25 de junho de 1850, trouxe a obrigatoriedade de as empresas manterem a escrituração contábil, seguirem uma ordem uniforme para os registros contábeis e o levantamento, ao final de cada ano, dos balanços gerais. A determinação do uso das partidas dobradas reforça a necessidade do ensino comercial, e em 1856 surge o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que a partir e 1863 passou a oferecer a disciplina 'Escrituração Mercantil', buscando qualificar seus alunos ao exercício da escrituração contábil. (PELEIAS; BACCI, 2004, p.41)

De acordo com Leite (2005), o interesse da Coroa portuguesa na colônia brasileira, era basicamente obter lucro com a exploração de riquezas. No entanto, era reduzido o número de profissionais capacitados para controlar essas arrecadações. Uma vez que, os franceses criaram o bloqueio continental, os portugueses ficaram sem acesso às universidades europeias, obrigando-os a incentivar o ensino superior contábil na própria colônia. Mais uma vez o desenvolvimento econômico contribui com o avanço da contabilidade.

### 2.2.3 Brasil República (1889 - período vigente)

Este período surge diante de uma forte crise econômica, Silva e Assis (2015, p.39) descrevem que:

[...] o país atravessava graves problemas de ordem social, política e financeira. Fazendeiros revoltados com a abolição da escravatura, sem a possibilidade de receber indenizações, população com altos índices de analfabetismo e miséria, o país endividado por causa da guerra da tríplice aliança, atritos com religiosos (que só poderiam obedecer a ordens do papa após serem apreciadas pelo governo) são fatos que marcaram o nascimento do Brasil República.

Até então a contabilidade seguia sua evolução de acordo com o crescimento econômico, e nesse cenário de crise política e social foi um período de estagnação para a contabilidade sem grandes destaques para seu crescimento. Silva (2015, p.55) relata sobre o início da fase Republicana:

No âmbito educacional, constata-se uma nova fase para o ensino comercial, entre o período de 1889 e 1931, motivada, conforme explica Peleias e outros (2007, p. 25), por “uma combinação de fatores: crescimento econômico causado pelo aumento da produção e crescimento da urbanização, principalmente, da cidade de São Paulo”, além de fatores políticos que, devido à Proclamação da República, em 1889, resultariam no crescimento dos serviços públicos e na burocracia que demandaram maior qualificação de profissionais para a execução das novas funções.

Com a “Crise do Café” de (1929), surgia de forma embrionária a industrialização brasileira. Mas a partir de 1940, o governo Getúlio Vargas cria um forte incentivo a indústria, e com isso surgem empresas estatais, caracterizando o início da revolução industrial brasileira. Esse avanço na economia merece destaque, pois a contabilidade a partir desse momento exerce um papel significativo. (SILVA; ASSIS, 2015)

O decreto nº 20158, de 30.06.1931, regulamentou a profissão de contador e reorganizou o ensino comercial, dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. O propedêutico exigia o mínimo de doze anos para ingresso e realização de exames admissionais. No técnico, dividiu o ensino comercial em ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito contador, com duração de três anos. A análise da grade curricular revela a oferta de disciplinas contábeis aplicadas aos negócios mercantis, industriais, agrícolas e bancários. (PELEIAS *et al.*, 2007, p.26)

Leite (2005) destaca que mesmo com uma participação intermediária no processo de industrialização, de forma tímida, os estudos na área de comércio começaram a ter relevância com a criação de algumas escolas nos principais centros urbanos do Brasil. Primeiramente, as escolas europeias exerceram influência sobre o ensino da contabilidade, contudo foi a inspiração da escola norte-americana que se expandiu tanto no ensino quanto à legislação contábil brasileira.

No início do século XX, Iudicibus (2000) relata que com a chegada de grandes corporações, criou-se um campo fértil para as teorias e práticas contábeis norte-americanas, devido ao grandioso desenvolvimento econômico e ao crescimento do mercado de capitais. A herança da escola anglo-saxônica, contribuiu para avanço da contabilidade através de uma base sólida no campo da auditoria e também valorizando o investidor como usuário da informação contábil.

No contexto político, de acordo com Leite (2005), se instalava o período denominado Estado Novo, compreendido entre 1937 e 1945, através de um golpe ditatorial por Getúlio

Vargas. Este governo foi marcado pelo fortalecimento da centralização administrativa e por atribuições conferidas ao chefe do Poder Executivo. Segundo Silva (2015, p. 80):

O desenvolvimento econômico através da industrialização era a grande meta estado novista e, para viabilizar esse propósito maior, foram criados vários órgãos de apoio em áreas estratégicas, como, por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Federal de Comércio Exterior, e a coordenação de mobilização econômica – esta instituída em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Leite (2005) descreve que em 1940 foi criada a primeira Lei de Sociedades por Ações do Brasil 2.627/40, sob influência europeia, estruturando e padronizando as atividades contábeis das grandes empresas. Em 22 de setembro de 1945 por meio do Decreto Lei 7.988, surge o curso superior de ciências contábeis e atuariais.

Em 1946, com o Decreto-Lei nº 15.601, o governador de São Paulo implementa o curso superior de contabilidade na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – FCEA vinculada à Universidade de São Paulo – USP. Os primeiros professores do curso de contabilidade formaram o primeiro núcleo de pesquisa contábil no Brasil em tempo integral, conforme Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Segundo Buesa (2010), a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas na USP com o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, foi de suma importância para o desenvolvimento da contabilidade, pois estava surgindo um centro de pesquisas totalmente nacional e a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) pelo Decreto-Lei no 9.295 de 1946.

Iudícibus (2000) ao discutir a evolução histórica da contabilidade, destaca a vertente científica que se buscou imprimir ao curso de Ciências Contábeis na FEA-USP e, de forma mais específica, no Departamento de Contabilidade dessa faculdade.

[...] Entretanto, foi com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, e com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor. (IUDÍCIBUS, 2000, p. 22)

Várias influências norte-americanas, em virtude do protagonismo econômico daquele país, mudaram a contabilidade no Brasil. Uma delas foi a direção das informações contábeis

que, antes eram passadas apenas para os administradores e credores e que agora são passadas também para os investidores e acionistas.

Silva (2015, p. 81), afirma que:

O regime totalitarista Estado Novo, com as crises políticas advindas da guerra e o fortalecimento dos setores econômicos, resultaria na renúncia de Getúlio Vargas (CUNHA, 2007). Se, no Brasil, o regime totalitário estado novista tem seu fim em 1945, perdura até 1964 um regime com políticas populistas, até que, em 1964, por meio de golpe, seria instaurada a ditadura militar (1964-1985).

No início da década de 60, inicia-se uma grande crise econômica no Brasil. Houve queda dos investimentos e das taxas de crescimento da renda, e a inflação acelerou chegando a mais de 90% ao ano em 1964. Este cenário reflete as consequências do desequilíbrio do plano de metas do governo anterior. (GREMAUD *et al.* 2009).

Bielschowsky (2004, p. 411), cita que:

O processo de crescimento econômico anterior, apesar do grande avanço da industrialização, havia propiciado a aparição de miséria e desemprego urbanos em níveis inimaginados por aqueles que haviam acreditado na industrialização como solução para as questões sociais do país.

O Golpe militar de 1964 vem com o intuito de superar esta crise. E é lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), Gremaud *et al.* (2009, p.376) informa que em resumo, os principais objetivos deste plano é controlar o processo inflacionário, reduzir os desequilíbrios setoriais e regionais, agilizar o desenvolvimento econômico, estender o investimento e consequentemente o emprego, revendo a inclinação do desequilíbrio interno.

De acordo com Gremaud *et al.* (2009), esse plano deu origem há algumas reformas institucionais: reforma tributária, introduzindo a correção monetária, criação de impostos (IPI, ICM, ISS), fundos de transferências intergovernamentais e fundos parafiscais (FGTS, PIS); reforma monetário-financeira, com a criação do CMN, BACEN, bancos de investimentos; e por fim a reforma da política externa, estimulando a importação com incentivos fiscais e efetuou a renegociação da dívida externa, firmando um acordo de garantias.

Nesse período, Silva e Assis (2015) informa que surge o primeiro curso de pós-graduação em Ciências Contábeis na Universidade de São Paulo em 1970, e o programa de mestrado na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Logo no ano seguinte, foi fundado o IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil, responsável por representar o Brasil perante algumas entidades nacionais. Em 1974, mais um órgão de grande importância

foi criado, FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, que atua como apoio institucional ao Departamento de Contabilidade da FCEA – USP.

Enquanto isso, no cenário econômico brasileiro, ressurgia a inflação. A taxa dobrou entre 1973 e 1974, continuando a crescer em níveis elevados durante os próximos anos, até 1984, quando a inflação atingiu seu ápice na história do país. (BAER, 2009).

Leite (2005) menciona que em 1973, inicia a crise mundial do petróleo e a economia brasileira, após os anos de euforia do milagre econômico, também entrou em colapso, pois esse desequilíbrio mundial abalou negativamente as contas externas. Com o mercado de capitais que estava se desenvolvendo, a legislação necessitava de um avanço, e assim surgiu outro fato relevante na contabilidade brasileira. A partir da lei 6.385/76, foi criada a CVM – Comissão de Valores Mobiliários com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil, conforme apresenta o Conselho de Valores Mobiliários.

Ainda no ano de 1976, foi publicada a nova Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404. Sob forte influência norte-americana e um caráter mais voltado para o investidor, essa lei buscava normatizar os princípios contábeis e disciplinar as companhias abertas. Nesse momento o Brasil tem um cenário menos teórico e mais prático, onde a contabilidade tem capacidade de fornecer informações para a tomada de decisões na sociedade.

Em 28 de fevereiro de 1986, o governo brasileiro anunciou o plano cruzado, cuja meta era derrubar a inflação imediatamente, com um golpe violento. A principal medida foi o congelamento de preços e salários. Mais uma vez, o plano fracassou devido à falta de um ajuste fiscal, que permitia a volta da crise inflacionária. (BAER, 2009).

No cenário político, durante o governo de Tancredo Neves, foi convocada uma nova Assembleia Nacional Constituinte, com a finalidade de implementar a sétima Constituição brasileira, promulgada em 1988. Em sequência Fernando Collor assume a presidência e deixa o país mergulhado em problemas socioeconômicos, fazendo com que o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, implante um novo plano econômico, o Plano Real. Mais tarde, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, chega a presidência com o intuito de aliar o crescimento econômico a uma melhor distribuição de renda, reduzindo a desigualdade social. (Leite, 2005)

Com o desenvolvimento econômico, o processo de normatização das práticas contábeis foi se tornando mais necessário. Sobre essa harmonização, Lima (2010, p. 3) comenta que:



Uma importante característica dos IFRSs é o reduzido uso de regras em seu conjunto de pronunciamentos e interpretações, o que faz com que sejam tidos como baseados em princípio [...] tendo como finalidade a aplicabilidade em diversos países, tais normas devem ser desprendidas de regras que poderiam causar distorções, em razão do contexto em que são utilizadas.

E para acompanhar esse movimento que já estava acontecendo em outros países, em 2005 é criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo de centralizar e tentar conciliar interesses de categorias diferentes, como: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Associação Brasileira das Companhias Aberta (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento e Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores, Mercado e Futuros (BM&FBOVESPA), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIECAPI), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal do Brasil e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Participando adicionalmente, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). (MARTINS *et al.* 2012)

Em 2007, a criação da Lei 11.638 vem para alterar alguns artigos da Lei 6.404/76, atualizando o mundo dos negócios, estabelecendo a maior transparência em relação às atividades contábeis brasileiras. As principais alterações de acordo com Schmidt e Santos (2008, p. 157), correspondem “as demonstrações financeiras obrigatórias, os critérios de avaliação de ativos e passivos, o método de equivalência patrimonial e a inclusão das empresas de grande porte no escopo da Lei das Sociedades por Ações.”

Martins; Diniz e Miranda (2012), relata que o Brasil busca harmonizar as regras contábeis aos padrões internacionais desde a criação do CPC, emitindo pronunciamentos técnicos contábeis de acordo com a normatização internacional. Em 2008, a Lei 11.638 foi convertida na Lei 11.941/09, realizando mais adequações fiscais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho foram citados os momentos mais relevantes do desenvolvimento longo econômico e da evolução da contabilidade, no Brasil e no mundo. Para concluir a relação desses dois eventos, alguns autores já expuseram suas conclusões.

De acordo com a análise de Vlaemminck (*apud* Peleias. 1961, p. 20):

[...] a evolução histórica da Contabilidade e estabeleceu a correlação de sua evolução com a Economia. Apresentou a Contabilidade como técnica auxiliar da Economia, que aparece, se expande, se degenera ou se retrai ao compasso da evolução econômica das civilizações, nas diversas regiões e distintas épocas de sua história. Ressaltou, ainda, o paralelismo entre a evolução econômica geral e a evolução de um dos métodos contábeis a serviço da economia das empresas: a técnica das contas.

Diante do estudo apresentado, pode-se apurar que a correlação do desenvolvimento contábil vai de acordo com o desenvolvimento econômico, uma vez que, as necessidades de melhoria no controle financeiro surgem a partir de um crescimento ou crise de algum setor da economia.

Esses achados sinalizam a relevância de se estudar a Contabilidade de forma contextualizadas, notadamente, na sua relação com o desenvolvimento econômico da região ou época estudada. Entre as limitações da pesquisa está o fato de pesquisar somente a relação entre contabilidade e desenvolvimento econômico. Sugere-se para estudos futuros analisar outras dimensões que impactam o desenvolvimento contábil, o nível de educação das localidades e pessoas (física e jurídica) envolvidas.

#### 4 REFERENCIAS

**Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei-15601-26.01.1946.html>>. Acessado em 19/12/2017 23:20.

BAER, W. **A Economia Brasileira: uma abordagem profunda da economia brasileira até 2008: uma breve análise desde o período colonial até a crise de 1973 e uma análise detalhada de vários planos econômicos a partir da década de 1970.** 3. ed. Rev., amp. E atual: 2009.

BARROS, J. D'A. História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, n. 13, p. 7-21, Campinas, SP, 2007  
Iudicibus, Sérgio. **Teoria da Contabilidade.** 9. ed. Atlas, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento.** 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 3v.

BUESA, N.. A Evolução Histórica da Contabilidade como Ramo do Conhecimento. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. V 1, nº 1, 2010.

**Comissão De Valores Mobiliários**. Disponível em: < [http://www.cvm.gov.br/menu/acesso\\_informacao/institucional/sobre/cvm.html](http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html) >. Acesso em 20 dez. 2017, 00:51.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOWLETT, J.. **Arqueologia das Primeiras Culturas: A Alvorada da Humanidade**. [tradução Carlos Nougué]. – Barcelona: Folio, 2007.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO Jr, R.. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUY, J.; CLEMENTS, J.; DREW, D.; CLARE, J.D.. **Grandes Civilizações: egípcios, gregos, romanos, chineses, vikings, incas, astecas**. [tradução Dinah de Abreu Azevedo, Neusa Maria Valério]. 1. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

HOBSBAWN, E. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOMERO, P.F. A Constituição do Campo Científico e a Baixa Diversidade da Pesquisa Contábil Brasileira. **REPEC**, Brasília, vol. 11, n. 3, p. 314-328, 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; CARVALHO, L.. Contabilidade: Aspectos Relevantes Da Epopéia De Sua Evolução. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n. 38, p. 7 – 19, mai./ago. 2005.

LEITE, C. E. B.. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LIMA, L. M. S. **IFRS: Entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E.; DINIZ, J.; MIRANDA, G.. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E. (2012). **Pesquisas Contábil: Uma Análise Filosófica**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

PELEIAS, I. R.; BACCI, J.. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração On Line**, FECAP, v. 5, n.3, p. 39-54, jul/ago/set 2004. Disponível em: [http://www.fecap.br/adm\\_online/art0503/art5034.pdf](http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf). Acessado em: 21 maio de 2018.

PELEIAS, I.; SILVA, G. da; SEGRETI, J.; CHIROTTO, A.. Evolução Do Ensino Da Contabilidade No Brasil: Uma Análise Histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n.30, p. 19 – 32, junho. 2007. Disponível em: <file:///D:/DADOS/Downloads/Peleias%20Et%20al%202007%20-%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino%20de%20Contab-RCont.pdf> Acessado em: 21 maio 2018.

PERROY, E.. **História Geral Das Civilizações: A Idade Média. Os Tempos Difíceis**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958-1969, nv. il.

SÁ, A. L.. **Aspectos Contábeis no Período da Inconfidência Mineira**. – Ouro Preto: ESAF; Casa dos Contos, 1980.

SÁ, A. L.. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. – São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.. **História da Contabilidade: Foco na Evolução das Escolas do Pensamento Contábil**. – São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.. **História do Pensamento Contábil**. v. 8 – São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. C. R. da.. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, M. A.. **De Portugal ao Brasil – A Trajetória do Ensino Superior de Contabilidade (1940-1985):** concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais em contabilidade. Uberlândia, 2015.

SILVA, M. S.; ASSIS, F. A.. A História da Contabilidade no Brasil. **Periódico Científico Negócios em Projeção**. v.6, n. 2, p. 35-44, 2015. ISSN 2178-6259. Disponível em : <file:///D:/DADOS/Downloads/Silva,%20Assis%202015%20-%20Hist%C3%B3ria%20da%20Contab%20Brasil.pdf>. Acessado em: 21 maio 2018.

VASCONCELOS, Y. L.; PEREIRA, A. C.. A importância da auditoria interna no processo decisório das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 149, p. 64-77, ago. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/382>>. Acesso em: 21 maio 2018.